

Eu Tenho Direito

3- PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS (parte 2)

PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE TRÁFEGO

- ✓ Previsão Legal nos artigos 150, V da CF
- ➔ CONCEITO
 - Determina que a lei tributária **NÃO** pode limitar o tráfego entre estados e entre municípios de pessoas ou bens.
- ✗ EXCEÇÕES
 - Pedágios
 - A cobrança de pedágios, embora onere o tráfego, é lícita.

PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE

- Previsão Constitucional - art. 146-A da CF
- ➔ CONCEITO
 - Orienta que a tributação **NÃO** deve causar distorções no setor econômico (local de onde a receita tributária é extraída).
- ✓ Regra: Neutralidade
 - ✗ Exceção - só pode surgir para evitar o desequilíbrio econômico
- Não é regulamentado

PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE GEOGRÁFICA

- Previsão Constitucional - art. 151, I da CF
- ➔ CONCEITO
 - A Constituição Federal exige que a União institua tributos com alíquotas **UNIFORMES** em toda a extensão territorial do Brasil.
 - A CF também permite a concessão de benefícios visando o desenvolvimento de regiões mais atrasadas.
- ✗ Exceções
 - A União (e apenas ela) pode instituir tributos com alíquotas diferentes para:
 - Promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
 - Tais incentivos devem ocorrer dentro de uma política de fomento para desigualdades concretas
 - É o incentivo fiscal

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DOS IMPOSTOS

- 📄 Previsão Legal nos artigos 150, §5º da C.F.
- ➔ CONCEITO
 - O contribuinte deve ser informado de **TODOS** os tributos e gravames fiscais embutidos no preço quando adquirir bens ou serviços
 - Está diretamente ligado a um princípio básico das relações de consumo, que é a informação

PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE

- Previsão Legal no artigo 49 do CTN
- ➔ CONCEITO
 - Objetiva **LIMITAR** a incidência tributária nas cadeias de produção e circulação mais extensas, fazendo com que, a cada etapa da cadeia, o imposto somente incida sobre o valor adicionado nessa etapa.

PRINCÍPIO DA NÃO DIFERENCIAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Previsão Legal no artigo 152 da CF
- ➔ CONCEITO
 - Proíbe aos Estados, Municípios e Distrito Federal estabelecer **DIFERENÇA** tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência/origem ou destino
 - 📄 A finalidade é evitar a guerra fiscal.
 - ✓ **NÃO** comporta exceções
- Apenas a União pode fazer diferenciação tributária para diminuir desigualdades sociais e econômicas (princípio da uniformidade geográfica)